

Uma Voz Paradoxal: A visibilização do conflito de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos oitenta através do livro *Centelha em Restolho Seco* de Betty Antunes de Oliveira

Alberto Kenji Yamabuchi

Resumo: Discorrer sobre um tema polêmico, problemático e comprometedor, mas não abertamente admitido pelos detentores do poder é, no mínimo, um risco para qualquer articulista. Essa é a condição deste artigo, a partir de uma análise de gênero observar a misoginia manifestada no meio cristão, em especial entre evangélicos batistas dos anos oitenta do século passado.

Palavras-Chave: Poder, Misoginia, Gênero e Religião.

Abstract: To narrate a polemic, problematic and compromising theme never admitted by the power holders is, to say the least, risky for any article writer. This is this article condition: from a gender analysis it observes the misogyny manifested in the Christian environment, especially between the Baptists of last century's 80s.

Key-Words: Power, Misogyny, Gender and Religion

Resumen: Adentrarse en un tema polémico, problemático y comprometedor, no abiertamente admitido por los detentores del poder, constituye un riesgo para cualquier cronista. Esa es la condición de este artículo, a partir de un análisis de género observar la misoginia manifestada en el medio cristiano, especialmente entre los evangélicos bautistas de los años ochenta del siglo pasado.

Palabras Clave: Poder, Misoginia, Género y Religión

Segundo Joan Scott, [2] gênero é uma categoria de análise que se refere à construção e organização social da relação entre os sexos e que confere papéis sociais adequados aos homens e às mulheres. A análise de gênero permite estudar e criticar a dominação masculina, cuja maior expressão histórico-cultural é o sistema do patriarcado. Teóricas feministas explicam que a necessidade masculina de dominar as mulheres está ligada ao “desejo dos homens de transcender sua privação dos meios de reprodução da espécie”. [3] Mas esse tipo de inveja das mulheres na reprodução humana pode não ser a única razão da dominação dos homens. Uma outra possibilidade é um certo medo do poder feminino no campo das relações entre homens e mulheres.

Esse medo, que pode se manifestar numa espécie de aversão às mulheres, encontra raízes na história do próprio cristianismo. Ivone Gebara [4] suspeita que as manipulações do poder masculino no campo religioso, através dos discursos, práticas e interpretação da Bíblia, referem-se a esse medo dos homens de se submeterem à liderança das mulheres na comunidade cristã. Por exemplo, a interpretação fundamentalista das seguintes recomendações do apóstolo Paulo para a Igreja do século I serviu – e ainda serve – de base para essa disposição contra as mulheres no campo do poder religioso:

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas sim a mulher que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora. Entretanto, a mulher será salva dando à luz filhos – se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com bom senso (1Timóteo 2.11-15 – NVI).

Aqui encontramos as principais expressões que definiam a condição feminina no contexto da tradição da Igreja cristã: silêncio, sujeição, transgressão (pecado). A mulher era considerada inferior ao homem, mas o seu pecado – o de ter sido enganada na Queda (Gênesis 3) – acrescentava-lhe outro grande peso: o de possuir uma malignidade maior do que o homem. Assim, o mal na mulher estava em seu ser, portanto, um mal naturalizado. Desse modo, os homens foram associados a tudo o que é sagrado, divino, enquanto as mulheres foram consideradas participantes do seu oposto, qual seja, do carnal, profano. Constatava-se a razão porque houve resistências e oposições ao acesso da mulher aos lugares privilegiados de poder na Igreja. Mas o acesso a esses lugares de poder deveria ser a menor das preocupações femininas: nessa condição imposta, a mulher deveria temer não ocupar um lugar no próprio Reino dos Céus. Aparentemente, sua salvação espiritual só poderia ocorrer pela experiência da maternidade, o que acaba reforçando ainda mais a sua dependência do homem. Em tudo isso, percebe-se uma hierarquização dos sexos, cujo fenômeno vai ser deslocado do âmbito religioso para o da natureza através de um processo

de naturalização, de historicização da condição da mulher.

A identidade da mulher foi e ainda é socialmente construída. Gebara registrou a fala de uma líder do Movimento Popular de Habitação em São Paulo que ilustra muito bem essa construção social do papel da mulher:

Quando nasce uma mulher, ela já nasce com esta etiqueta: Você é mulher. Você foi feita para limpar e passar. E quando nasce um homem se diz: Você vai trabalhar e ter poder sobre as mulheres. Então muitas vezes é difícil trabalhar com os homens [...] acho que também é difícil para eles. Eles foram criados desta maneira e estão habituados a ter poder sobre os outros. [\[5\]](#)

No entanto, parece-nos que a redenção da mulher de sua situação de sujeição pode se realizar se ela conseguir ser incluída na esfera do poder e ali participar e atuar, em condições de igualdade, com o homem. Sua inclusão, no entanto, demanda um esforço não individual, mas coletivo, na direção da des-historicização de sua condição, na promoção de uma revolução simbólica que altere as estruturas sociais de sua época, conforme a proposta de Pierre Bourdieu.

Mas o caminho para essa redenção feminina passa, possivelmente, pelo campo dos saberes. Saber é poder. Quem tem o conhecimento, tem o poder em suas mãos. A religião tem sido importante fonte de poder, de poder simbólico. O poder

simbólico é invisível, mas tem suas fronteiras bem demarcadas. O acesso a ele é restrito.

De acordo com o que já foi exposto, as tradições religiosas possibilitaram uma concentração dos conhecimentos, dos segredos e mistérios da fé – o sagrado – nas mãos dos homens. A construção do saber e a sua reprodução são responsabilidades dos homens e é por isso que eles detêm o poder. Qualquer mulher que se aventurar nessa área, quebrando esses códigos culturais, será condenada como herege.

Mas algumas mulheres ousaram explorar o que era de domínio masculino. Pagaram um alto preço pelo atrevimento, mas suas vozes – vozes paradoxais – se fazem ouvir até aos nossos dias.

Vozes paradoxais femininas do passado

Expressões de liberdade da mulher no espaço público, reservado aos homens, têm sido punidas ao longo dos tempos. Por exemplo, Elaine Pagels retrata o espírito da época do cristianismo primitivo quando registra em seu livro *Los Evangelios Gnósticos* [6] o texto do chamado Evangelho de Maria em que Maria Madalena sofreu oposição dos apóstolos André e Pedro, porque relatou

uma visão que teve do Cristo após a morte. O texto conta que André disse aos outros discípulos essas palavras: “Decidam o que vocês querem sobre o que ela nos disse. Eu, no entanto, não creio que o Salvador tenha dito essas coisas. Certamente esses ensinamentos são idéias estranhas!”. [7] Essa antiga narrativa ensina qual era a disposição masculina da época: a palavra de uma mulher que dizia ter visto algo que os homens detentores do sagrado não puderam ver, certamente deveria sofrer forte resistência e desprezo.

Há a história da irmã Joana Inês da Cruz, contada por Ivone Gebara. [8] Ela foi considerada a primeira feminista da América Latina. Joana viveu no século XVII e foi escritora e religiosa mexicana do Convento de São Jerônimo. Diferente das mulheres de sua época, Joana queria alcançar o conhecimento e não aceitou o papel feminino imposto pela sociedade. Ela entendeu que só alcançaria o seu objetivo entrando na vida religiosa. Precisou usar de muitos ardis para ter acesso ao saber, tendo até desejado, a certa altura de sua história, transgredir sua natureza feminina para se tornar um “homem”, pois só assim poderia transitar livremente no universo predominantemente masculino. Sua existência foi curta, mas marcada pela luta e pelas decepções. Pouco antes de sua morte, Joana havia sido condenada pelas autoridades religiosas ao exílio e ao silêncio.

Já tratando de um período histórico posterior, Joan Scott destaca em seu livro *A cidadã paradoxal* [9] o esforço de algumas mulheres francesas para defender os seus direitos em uma cultura onde a dominação era exclusivamente masculina. Segundo Scott, o feminismo surgiu na França do século XVIII como resposta à ambígua situação da mulher da época da Revolução: era tida como cidadã, mas ao mesmo tempo era excluída do mundo político. A atuação das

feministas daquela época possibilitou a discussão pública sobre o papel da mulher no cenário político. Uma das pioneiras desse movimento foi Olympe de Gouges [10] que publicou, em 1791, a “Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã”, contraponto da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 1789, a carta magna da Revolução Francesa. Em sua obra, inspirada em Rousseau, ela elaborou o seu próprio contrato social onde exigiu que as mulheres obtivessem os mesmos direitos à cidadania que os homens. Sua ousadia a levou à condenação e à morte pela guilhotina em 1793. Mas a história de Olympe de Gouges revela uma das fortes características do movimento feminista: o de oferecer paradoxos. Nesse contexto, Scott assim conceitua “paradoxo”:

Emprega-se o vocábulo “paradoxo” para significar uma opinião que desafia o que é predominantemente ortodoxo, que é contrária à tradição (literalmente: transgride a dóxa). O paradoxo marca sua posição de enfrentamento à tradição, acentuando as diferenças entre ambos. [11]

Os exemplos da Maria Madalena do Evangelho de Maria, de Joana Inês da Cruz e de Olympe de Gouges representam as mulheres que desafiam e rompem com aquilo que é tradicional e que é a causa de sua opressão existencial. Inconformadas com sua condição, elas invadem o campo do conhecimento, cujo domínio é do homem, e ali oferecem os paradoxos que têm por finalidade maior a libertação de seus opressores.

A voz paradoxal feminina dos batistas brasileiros: Betty Antunes de Oliveira

É com essa característica paradoxal do feminismo que introduzimos a história de Betty Antunes de Oliveira, primeira mulher a se aventurar na historiografia batista brasileira. Ela nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1919, filha do pastor batista Ricardo Pitrowsky. Em 1938 casou-se com Albérico Antunes de Oliveira, também pastor batista. Formou-se em Jornalismo em 1962 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

e provavelmente foi nessa época que Betty se interessou pela história de seus antepassados e começou a pesquisar sobre os primeiros norte-americanos que chegaram ao Brasil no século XIX. Os dados de sua pesquisa levaram Betty a concluir que estava diante da história da primeira igreja batista do Brasil: a igreja de Santa Bárbara do Oeste, no estado de São Paulo, organizada por norte-americanos em 10 de setembro de 1871.

Porém, enquanto Betty seguia adiante com a sua pesquisa, o editor do jornal oficial dos batistas da Convenção Brasileira, pastor José Reis Pereira, publicou na edição de 18 de outubro de 1964 sob o título A grande data batista brasileira: 15 de outubro de 1882, as seguintes palavras:

Não será cálculo demasiadamente otimista falar em cinco mil igrejas e mais de um milhão de crentes [batistas] em 1982 quando comemorarmos o primeiro centenário. [12] [grifo meu]

“Quando comemorarmos o primeiro centenário”. Não foi uma proposta do autor, mas uma afirmação quanto à data do marco inicial do trabalho batista. Reis Pereira, aparentemente, não consultou as representações da Convenção Batista Brasileira, mas usou os seus conhecimentos acadêmicos (foi professor de teologia), a sua influência carismática entre os batistas e sua vantagem de ser o editor do O Jornal Batista, órgão de imprensa denominacional, para lançar, oficialmente, a data do primeiro trabalho batista no Brasil: 15 de outubro de 1882.

Marcelo Santos [13] destaca o papel fundamental do O Jornal Batista como órgão oficial da denominação batista e de seu compromisso teológico e ideológico com os representantes e detentores do poder eclesiástico (predominantemente homens). Reis Pereira, em seu primeiro editorial, [14] frisou que esse jornal deveria ser a

própria expressão do pensamento do povo batista brasileiro. O Jornal Batista, portanto, era – e continua sendo – a voz da denominação batista.

O pastor Reis Pereira também tinha o seu destaque nos lugares de poder da Convenção Batista Brasileira. Santos [15] lembra que Reis Pereira, enquanto editor de O Jornal Batista, se considerava o “porta-voz” do povo batista. Por ocasião do falecimento de Reis Pereira em 1991, Dimázio escreveu o seguinte a seu respeito no O Jornal Batista:

Por seu vasto conhecimento da vida batista e das regras parlamentares, além da ativa participação durante longos anos nos plenários da Convenção Batista Brasileira, a sua palavra era sempre ouvida com muito respeito pelos convencionais; e não raro, sua intervenção era decisiva no encaminhamento das discussões, influenciando nas decisões do plenário. [16]

Portanto, a publicação do lançamento da data histórica do primeiro trabalho batista no Brasil pelo editor do jornal oficial, o pastor Reis Pereira, se constituiu, naquele momento, na palavra oficial dos batistas da Convenção Brasileira sobre aquele assunto. Aqui temos um líder espiritual carismático que usou os meios de comunicação de um órgão de imprensa oficial, cujos discursos e publicações foram legitimados por sua comunidade religiosa. Isso ilustra muito bem como se produz uma verdade no meio religioso. Observa-se que é assim, ou seja, a partir de autoridades legitimadas que se estabelece uma hierarquia dos conhecimentos, das verdades. Verdades que, hipoteticamente, não poderiam ser contestadas.

Tendo estabelecido pública e oficialmente a data histórica, Reis Pereira tratou de lançar o projeto da celebração do centenário dos batistas brasileiros. Escreveu outras vezes no O Jornal Batista sobre o assunto, propondo, inclusive, um plano especial de evangelização para o ano do centenário, ou seja, 1982. Sua proposta foi apreciada nas assembleias nacionais

da Convenção Batista Brasileira e, assim, Reis Pereira conseguiu mobilizar toda a denominação para os preparativos da celebração do centenário.

Porém, surgiu nesse cenário “tranquilo” a pessoa de Betty Antunes de Oliveira. Em novembro de 1966, ela conseguiu fazer publicar em primeira página [17] de O Jornal Batista, um artigo intitulado No primeiro centenário dos pioneiros norte-americanos. Nesse seu texto, Betty questionou publicamente a tese de Reis Pereira. Santos registra que o artigo de Betty foi “o início do questionamento” [18] sobre o marco inicial do trabalho batista no Brasil. A posição de Betty ganhou adeptos, inclusive pastores batistas, sendo que alguns deles tinham significativa representação na Convenção Batista Brasileira. Mas, como era esperado, sua tese enfrentou muita resistência da parte dos líderes da denominação.

O questionamento público de Betty de Oliveira foi uma insurreição contra a posição do porta voz da denominação. Foi uma insurreição do saber, do saber produzido por uma mulher, representante, no que diz respeito ao aspecto teológico, do lado dominado, sujeitado. Michel Foucault analisou a utilidade de uma “insurreição dos saberes sujeitados”, [19] desses saberes desqualificados pelo poder dominante. Esses são tratados como hierarquicamente inferiores. Uma insurreição dos saberes sujeitados, segundo Foucault, não visa anular o conteúdo dos saberes eruditos, oficiais, científicos, mas lutar “contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa”. [20] Segundo Foucault, para combater “a tirania dos discursos englobadores” [21] é

necessário reativar os saberes sujeitados e inseri-los na hierarquia do poder do saber erudito. Foucault chamou essa tarefa de “genealogia”. [22]

O valor da pesquisa de Betty está exatamente em surgir como única voz que questiona, protesta, em meio a um universo cujo domínio é masculino. A voz paradoxal dessa mulher, no sentido que Joan Scott trata “paradoxo”, provocou debates e polêmicas. Um grupo pequeno, mas significativo, estava se formando ao lado de Betty de Oliveira. Mas o destaque era esse: uma mulher estava desafiando a voz oficial da denominação, o “porta-voz” do povo batista. Não obstante, Reis Pereira perseverou em sua tese, fazendo valer toda a sua influência pessoal no jornal e nos lugares de poder da Convenção. Foi na Assembléia do ano de 1969 que a decisão final foi tomada. O próprio Reis Pereira [36] propôs fixar definitivamente a data de sua tese como a data oficial dos batistas para a comemoração do centenário. Conseguiu a aprovação pretendida e, a partir dessa Assembléia, ele envidou esforços para que as comemorações do centenário fossem realizadas com sucesso.

Quando o ano do centenário batista chegou, o de 1982, coube a Reis Pereira a publicação de um livro da história dos batistas brasileiros que marcasse significativamente as celebrações. Esse livro seria a história oficial dos batistas e Reis Pereira teve cerca de seis meses para a realização dessa tarefa. Reis Pereira teria todo o apoio da editora oficial da denominação, a JUERP – Junta de Educação Religiosa e Publicações. Assim, Reis Pereira usou todas as informações que tinha sobre esse assunto, inclusive os seus artigos publicados em O Jornal Batista, e cumpriu sua missão entregando sua obra ao público batista exatamente no ano do centenário. Na ocasião do

lançamento do livro, intitulado História dos batistas no Brasil (1882-1982), Reis Pereira foi reconhecido como o “historiador dos batistas brasileiros”. [23] Estava, portanto, definida a posição oficial da denominação quanto à data do primeiro trabalho batista em solo brasileiro. E o poder masculino, representado pelo trabalho de Reis Pereira, havia, aparentemente, calado a atrevida e paradoxal voz de uma mulher, Betty Antunes de Oliveira.

A voz paradoxal feminina demonstra o seu poder

No entanto, a perseverança de Reis Pereira também encontrou rival à altura. De 1966 até o ano de 1982, Betty prosseguiu em sua pesquisa histórica, ao mesmo tempo escrevendo artigos e participando ativamente das assembléias da Convenção Batista Brasileira. O espírito lutador de Betty é reconhecido pela Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, que, através de sua revista institucional de 1982, assim se pronunciou:

Em Minoria – **Pelo menos um**, entre os batistas brasileiros, mantém a convicção de que o centenário do trabalho já passou. A Convenção (CBB) acordou que a igreja da qual o trabalho se originou é a de Salvador, onde os primeiros brasileiros se tornaram batistas. A Convenção reunir-se-á ali em outubro. **Porém, a Sra. Betty Antunes de Oliveira vê o fato de maneira diferente.** Muitas pessoas dos Estados Unidos da América se estabeleceram no Brasil, depois da Guerra da Secessão. Alguns eram batistas e organizaram igrejas. A Sra. Oliveira insiste que, desde que alguns brasileiros foram envolvidos naquelas igrejas, o trabalho batista, de fato, começou mais cedo. A Sra. Oliveira, uma descendente de alguns daqueles emigrados, tem pesquisado o assunto onde lhe tem sido possível. **A Convenção, porém, celebrará o seu 100º. Aniversário em 1982.** [24] [grifos meus]

Três anos depois do centenário batista, Betty procurou a JUERP para tentar publicar o seu livro sobre a história dos batistas. Porém, o seu texto nunca foi aprovado, nem publicado pela editora oficial da denominação batista e também nunca recebeu qualquer justificativa para esse fato. As razões poderiam ser várias: a Convenção Batista Brasileira

já havia se posicionado quanto à história oficial do marco inicial do trabalho batista e a publicação do livro de Betty traria novamente para a arena o indesejável debate sobre esse assunto. E além da sua ousadia em oferecer uma obra que questionava o livro oficial da Convenção, Betty polemizou ao associar os primeiros batistas no Brasil com a maçonaria. Esses vínculos históricos com os maçons eram e são, no mínimo, incômodos para a maioria dos batistas. Ela registrou o seguinte:

O livro “The History of Craft Mansory in Brazil” publica um retrato de onze de seus membros, com a data de 1880. Poderíamos conjecturar que tenha sido tirado no dia da reunião que os batistas realizaram no salão da Loja para a recepção, como membro da Igreja Batista da Estação, e logo a consagração ao ministério, de Antonio Teixeira de Albuquerque, ocorrida a 20.06.1880. [25] [grifos meus]

Essa nota e a sua conjectura tocaram em tema delicado e muito discutido – um tabu – da história dos batistas no Brasil. Essa poderia ser também uma forte razão para a sua não publicação.

Mas, possivelmente, o problema do livro de Betty era o fato de ter sido obra de uma mulher. Uma mulher que invadiu um campo de domínio masculino – provocando o medo? – e que ousou ir adiante no seu projeto de publicar sua posição, quando já havia nas mãos do público um livro com a história oficial. Uma mulher cujo texto revelou a importância do papel das mulheres na sociedade brasileira do século XIX e na construção da história dos batistas no Brasil. Por exemplo, ela registrou que foi uma mulher chamada Margarida da Graça Martins quem fundou a povoação de Santa Bárbara no ano de 1818 e que a primeira Câmara Municipal foi composta, a 15 de setembro de 1869, por sete vereadoras eleitas por cento e vinte cidadãos barbarenses. [26] Ela destacou também o trabalho das mulheres batistas: numa lista de trinta e sete nomes de “obreiros na Causa, mais diretamente [ligados] na parte do Ministério”, [27] trinta e dois

são nomes de mulheres. Até os detalhes da vida cotidiana foram registrados, como é o caso de uma famosa receita culinária muito apreciada pelos primeiros batistas: o bolo de melado. [28] Era, portanto, uma história “não autorizada” pelas vozes do poder estabelecido.

O texto de Reis Pereira, no entanto, não dá um tratamento tão privilegiado para as mulheres. Ele dedica apenas parte do capítulo 23 “Senhoras, jovens, homens” para tratar do trabalho das mulheres nas igrejas. É claro que ele não as despreza: pelo contrário, ele faz questão de declarar que os batistas da Convenção Batista Brasileira valorizam, sim, o trabalho das mulheres nas igrejas, porque entendem que o próprio cristianismo foi, progressivamente, operando a redenção da mulher. Há uma certa ironia nessas palavras, porque, depois dessa afirmação contundente e redentora, Reis Pereira passa a descrever assim o papel das mulheres nas igrejas batistas:

As mulheres, nas igrejas, se reúnem para oração, praticam a beneficência, estudam, promovem reuniões de evangelização ou estudo bíblico nas casas, cuidam das crianças e das moças, para as quais também foram criadas sociedades, eventualmente pregam e se dedicam a outras atividades, em geral com grande dedicação. [29] [grifo meu]

Percebe-se que o papel destinado à mulher, no texto oficial, não lhe confere o acesso aos lugares privilegiados de poder nas igrejas batistas, mas antes é de natureza secundária, de assessoria e de apoio. Seu trabalho é, na verdade, uma extensão dos seus afazeres domésticos. “Eventualmente pregam”, ou seja, apenas quando há autorização masculina para esse trabalho, ou geralmente quando não há líderes homens disponíveis que possam assumir a exposição das Escrituras. Essa era a “imagem ideal do feminino” no meio batista, construída a partir de uma ótica masculina, ou, talvez masculinista. [30] Os homens impõem “linhas de demarcação místicas” [31] que restringem o acesso das mulheres aos lugares públicos de poder, mantendo-as encerradas em um tipo de “cerco invisível”. [32]

A maioria das mulheres batistas aceita naturalmente essa imposição cultural, apesar disso gerar a desigualdade, a intolerância e o sexismo. Bourdieu observou que esse tipo de submissão era, para ele, um “paradoxo da dóxa”. [33] Na verdade, a imposição dessa imagem submissa é uma construção social, uma expressão da dominação masculina que Bourdieu chamou de “violência simbólica”. [34] Essa violência não é facilmente percebida pelas próprias vítimas: é uma “violência doce e quase sempre invisível”. [35] Ela é exercida através das vias simbólicas da comunicação e do conhecimento (também do desconhecimento e do reconhecimento) ou do sentimento. Eis a lógica da dominação: dominante e dominada se relacionam através de um princípio simbólico (língua, estilo de vida, estigma, lei religiosa) conhecido e reconhecido por ambos. As mulheres acabam por reconhecer e legitimar as estruturas da relação da dominação masculina, quando assumem esses papéis estereotipados e aceitam o seu lugar na divisão sexual do trabalho religioso. Assim se realiza a perpetuação do sistema de dominação.

Quanto à imagem submissa da mulher batista, pelo menos no que diz respeito à produção do saber, Betty não foi um bom modelo. Como mulher religiosa, ela deveria apenas, por exemplo, dirigir “estudos bíblicos nas casas”, ou seja, apenas reproduzir o conhecimento já construído pelos homens. Mas ela foi além. Foi provavelmente por isso que ela não teve o apoio estratégico da Convenção Batista Brasileira. Betty precisou contar com a ajuda financeira de alguns amigos e familiares, além de lançar mão de seus próprios recursos para publicar o seu livro, que teve como título *Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil*. O lançamento se deu no mês de novembro de 1985 na capela do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro.

Com a publicação de *Centelha em Restolho Seco*, o debate havia saído da esfera doméstica para o espaço público. As teses de Reis Pereira e de Betty estavam agora diante da opinião pública. O conflito de poder e de gênero estava visibilizado. Muito provavelmente sem perceber o alcance histórico de sua obra, não só no campo

da historiografia batista, mas nas questões de gênero e poder, Betty deu passos para: 1) reinserir a relação entre os sexos na história dos batistas brasileiros; 2) denunciar os mecanismos históricos responsáveis pela eternização do arbitrário e 3) re-significar o papel da mulher batista no espaço público, nos lugares de elaboração de poder, da violência e da dominação.

A obra de Betty foi bem aceita, principalmente nos meios batistas. O próprio Reis Pereira admitiu em 1989, sem obviamente lançar mão de sua tese, que a história da igreja batista de Santa Bárbara precisava ser mais estudada pela academia. Santos destaca que até entre aqueles que defendiam a posição oficial mudaram de opinião. É o caso de Óthon Ávila do Amaral, [37] que foi, por muitos anos, secretário de redação do *O Jornal Batista*.

Em razão da repercussão do livro *Centelha em Restolho Seco*, uma solução conciliadora foi proposta: a data de 10 de setembro de 1871 foi fixada como o marco inicial do trabalho batista no Estado de São Paulo.

Em 1991, as comemorações dos 130 anos de existência do trabalho batista em Santa Bárbara foram cobertas pelo *O Jornal Batista* e também pelo jornal da Convenção Batista do Estado de São Paulo. Nesse último, o artigo da reportagem declarou explicitamente que Santa Bárbara era o marco inicial do trabalho batista no Brasil. [38]

O interesse pela Igreja de Santa Bárbara cresceu por causa da situação crítica da Primeira Igreja Batista da Bahia – considerada por Reis Pereira como o marco inicial do trabalho batista no Brasil. Aquela igreja passou por graves problemas doutrinários, denunciados na 79ª. Assembléia realizada em 2002 e

ainda corre o risco de ser desligada da Convenção Batista Brasileira.

Diante de todo esse quadro, qual seja, da recuperação do valor histórico do trabalho batista iniciado em Santa Bárbara do Oeste no Estado de São Paulo, Santos concluiu o seguinte em seu livro:

Prova da influência desta posição dos batistas de São Paulo, e da possibilidade de mudança da Convenção quanto ao seu lugar hermenêutico, é a afirmação do Secretário Geral da Convenção Batista Brasileira num recente editorial do jornal batista com relação ao marco inicial: "Insisto que, em algum dia, teremos de redirecionar, ou melhor, redefinir esta questão". [1391](#)

É notório como a representação masculina do poder assumiu a tese de Betty Antunes de Oliveira. No duelo entre Reis Pereira e Betty, pelo menos até 1982, encontramos uma desproporção de forças adversárias: de um lado, um pastor contando com toda a máquina da instituição e do outro, uma mulher, com uma tese diferente, com poucos aliados e poucos recursos. Com a publicação e aceitação de seu livro, a voz de Betty encontrou eco nos lugares de poder da Convenção Batista Brasileira. Mas, a sua participação nessa possível mudança importantíssima do lugar hermenêutico da história dos batistas brasileiros resumiu-se, parecidos, a algumas homenagens e no seu livro *Centelha em Restolho Seco*. Essa observação é pertinente, pois, apesar de toda repercussão após a primeira publicação de seu livro, Betty só pôde lançar sua segunda edição vinte anos depois e, ainda assim, através de uma editora não-batista, mas interdenominacional, a Sociedade Edições Vida Nova. Nessa segunda edição, a obra de Betty foi uma das vencedoras do Prêmio Arete 2005 da ABEC – Associação Brasileira das Editoras Cristãs.

Apesar de tudo, a voz paradoxal de uma mulher ofereceu um novo caminho, não pensado, ou pelo menos não construído

pelos homens. Sua luta para fazer valer o seu saber ganhou o espaço público e incomodou os detentores do poder religioso.

Considerações finais

Obviamente, o final da história de Betty Antunes de Oliveira foi muito mais feliz que os de Joana Inês da Cruz e de Olympe de Gouges. Aparentemente, ela não obteve sucesso e riquezas, mas pelo que foi exposto neste artigo, concluímos que o título de seu livro, *centelha em restolho seco*, fez jus a tudo o que ocorreu antes, durante e após a publicação de sua obra.

Embora Betty não seja declaradamente uma feminista no sentido clássico do termo, sua ousadia e perseverança provam que as mulheres têm poder para transformar qualquer universo ideológico. Elas podem questionar os dogmas, as imposições da dominação masculina e ainda oferecer novos caminhos para uma Igreja mais igualitária.

Ao visibilizar o conflito de poder e de gênero através dos debates públicos e do seu livro, Betty provou que é possível para uma mulher batista alcançar a redenção de sua condição imposta culturalmente e de vencer o mal feminino de não ter, não poder, não saber, não valer.

labor de Betty Antunes de Oliveira pode ser um modelo feminino histórico, pelo menos para os batistas, de resignificação dos lugares de poder religioso. Um modelo que pode levar a uma reflexão emancipatória e à reelaboração da identidade social da mulher em cenário de poder religioso ainda exclusivamente androcêntrico.

Pode estimular a descoberta, o reconhecimento e a afirmação da mulher como sujeito re-produtor e transmissor da história. Pode indicar um caminho para uma proposta metodológica de um modo feminista de fazer teologia no meio batista.

Este artigo procurou provar que a luta e a obra de Betty Antunes de Oliveira permitiram a visibilização do conflito de poder e principalmente de gênero na Convenção Batista Brasileira dos anos oitenta do século passado. Betty, com sua voz paradoxal, tornou explícito algo que estava escondido sob um discurso religioso que pregava a liberdade de consciência – um dos princípios batistas – e a igualdade entre os sexos: a misoginia. Sua luta em fazer valer a sua voz, o seu saber e o seu labor, pode servir de encorajamento para levantar outras vozes femininas que estejam buscando igualdade de direitos no acesso aos lugares privilegiados de poder no meio batista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. R. de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. S. Paulo: Martins Fontes, 1999.

GEBARA, Ivone. Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Betty Antunes. Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho

batista no Brasil. Rio de Janeiro: edição da autora, 1985.

PAGELS, Elaine. Los Evangelios Gnósticos. 3ª. Ed. Barcelona: Ed. Crítica, 1990.

PEREIRA, J. Reis. História dos batistas no Brasil (1882-1982). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

AMARA, Eni de Mesquita. SOIHET, Rachel. MATOS, Maria Izilda S. Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. S. Paulo: EDUC, 1997.

SANTOS, Marcelo. O marco inicial batista: história e religião na América Latina a partir de Michel de Certeau. S. Paulo: Jorge Pinheiro, 2003.

SCOTT, Joan W. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez 1990.

Alberto Kenji Yamabuchi é discente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

(<http://lattes.cnpq.br/3257784441718126>).